## Mudanças na distribuição espacial da População brasileira nos anos 80

Ester William Ferreira\*

A década de 80 foi um marco para a sociedade e a economia brasileira e ainda está por ser melhor compreendida, seja por revelar um dos momentos mais caóticos da economia, seja pelas transformações no âmbito político. A área demográfica também apresentou mudanças extremamente importantes ao longo desta década, como reflexo mesmo das transformações sociais, econômicas e políticas.

Estudos recentes do Censo Demográfico de 1991 revelam que houve uma sensível redução da taxa de crescimento populacional em todo o território brasileiro: no período 1970/80, essa taxa era de 2,5% a.a. e, em 1980/91, passou para 1,9% a.a. O principal responsável por esta mudança foi o declínio da fecundidade.

Em processo de queda desde 1970, quando o número médio de filhos por mulher, registrou a cifra de 5,76 em contraposição ao número de 6,28 em 1960, a fecundidade decresceu a um ritmo tão acelerado durante a década de 80 que surpreendeu mesmo os estudiosos do assunto. Na verdade, previa-se a manutenção da queda, mas não um descenso tão vertiginoso. De acordo com o Censo de 1991, o número médio de filhos por mulher se encontra em torno de 2,4<sup>1</sup>. Segundo Martine (1994), o declínio da fecundidade já foi anunciado como uma das transformações estruturais mais importantes deste fim de século<sup>2</sup>. Seus impactos sobre a população brasileira vão desde mudanças na pirâmide etária até transformações no ritmo e na forma do crescimento metropolitano, exigindo a implementação de políticas públicas que contemplem estas alterações, as quais, deve-se ressaltar, não são circunstanciais, mas estruturais e de caráter irreversível.

A dinâmica demográfica dos anos 80 apresentou outro fenômeno igualmente importante: o arrefecimento da concentração urbana nas metrópoles. Anteriormente considerado inexorável, o crescimento populacional das grandes cidades mostrou uma tendência diferenciada segundo o tamanho dos municípios: as maiores cidades cresceram proporcionalmente

<sup>1</sup> De acordo com análises do NEPO Núcleo de Estudos Populacionais/UNICAMP, 1998.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup>Para maior aprofundamento, ver CARVALHO, J. A. M. O Tamanho da População Brasileira e sua Distribuição Etária: uma visão prospectiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6; 1988, Olinda, Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1988. v.1, p.37-66.

menos em comparação com as cidades médias, evidenciando, portanto, segundo dados censitários recentes, uma moderação da metropolização.

Este fenômeno se deu tendo como contexto principal a continuidade do processo de desconcentração industrial, acompanhado de mudanças na composição do emprego, flexibilização na esfera produtiva e abertura da economia, além do contexto de crise econômica e política já mencionado acima. Seus impactos são evidenciados na alteração do perfil de distribuição espacial da população, o qual assume formas diferenciadas daquelas verificadas em décadas anteriores, e desenham um novo quadro dos deslocamentos populacionais.

Através do estudo dos Censos Demográficos de 1980 e de 1991, verificou-se que, nestes onze anos, todas as grandes regiões do país registraram uma significativa redução em seu ritmo de crescimento se comparado às décadas anteriores. De modo geral, a população brasileira apresentou um aumento da ordem de 22,82%, chegando a 146,2 milhões de habitantes - o mais baixo crescimento registrado na história do país, correspondente a uma taxa geométrica anual de 1,89% (Bremaeker, 1992). Evidentemente que esta queda se deu de forma diferenciada nas diversas regiões e algumas apresentaram importantes variações.

Assim, por exemplo, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram um crescimento populacional acima da média nacional: a região Norte, cresceu 53,29% e a região Centro-Oeste, 38,41%. Quanto às demais regiões, todas tiveram um ritmo de crescimento inferior à média do País: Nordeste (21,76%), Sudeste (20,08%) e Sul (16,02%) (Bremaeker, 1992).

Segundo Martine (1994), algumas hipóteses podem ser levantadas para o entendimento deste crescimento diferenciado nas regiões<sup>3</sup>. As grandes áreas Norte e Centro-Oeste (em parte), receberam um contingente significativo de migrantes durante a década de 80 devido à abertura de fronteiras agrícolas no final dos anos 70. A região Nordeste, por sua vez, sob o impacto da recessão que atingia as metrópoles industriais, parece ter contido seu tradicional fluxo emigratório, reduzindo a migração para o Sudeste e vivendo, inclusive, uma migração de retorno<sup>4</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>a</sup> Para o autor, as mudanças ocorridas na distribuição espacial da população através do tempo podem ser decorrentes, em termos demográficos, de combinações variáveis de crescimento vegetativo e migrações e, em termos sócio-econômicos, das transformações na estrutura da sociedade.

<sup>\*</sup>Sobre migração de retorno para o Nordeste, ver RIBEIRO, J.T.L. Estimativa da Migração de Retorno e de Alguns de seus Efeitos Demográficos Indiretos no Nordeste Brasileiro: 1970-1980 e 1981-1991. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1997. (Tese de Doutorado).

A região Sul continuou expulsando contingentes de migrantes, principalmente do Estado do Paraná, onde se observou um significativo êxodo rural. Por fim, a região Sudeste, que por ter estrutura mais complexa sofreu com maior vigor os impactos da crise econômica, apresentou taxa reduzida de crescimento populacional - pela primeira vez menor que a do Nordeste - e pequenos ímpetos de deslocamentos para suas principais metrópoles.

Na dinâmica demográfica recente, cabe ressaltar, no entanto, que um dos resultados mais importantes explicitados pelo Censo de 1991 refere-se às mudanças no padrão migratório nacional ou na mobilidade da população. As novas modalidades de deslocamentos populacionais têm levado os pesquisadores a repensarem o próprio conceito de migração. Definido como a mudança de residência permanente de um município para outro, os estudos clássicos sobre os processos migratórios se desenvolveram num período marcado, principalmente, por deslocamentos no sentido rural-urbano (campograndes cidades). Os movimentos da última década apresentam novas características.

Anteriormente de longa distância, com predominância da migração interregional, os deslocamentos de população passaram a se caracterizar por movimentos de curta distância com ênfase na migração intraregional; de dinâmica rural-urbana, passaram a predominar os deslocamentos entre núcleos urbanos; de movimentos migratórios de pequenos municípios para grandes cidades, sobressaiu-se a busca por cidades próximas às metrópoles e cidades de porte médio<sup>5</sup> que apresentassem melhores índices de qualidade de vida comparativamente às metrópoles.

A principal expressão destas mudanças foi, sem dúvida, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). "De principal área de concentração de população e de recepção de migrantes do País, a metrópole paulista apresentou uma taxa de crescimento populacional de apenas 1,9% a.a., no período 1980/91, contra os 4,5% registrados em 1970/80". (Aranha, 1996:706). O saldo migratório de mais de 2 milhões de pessoas na década de 70, caiu para 500 mil no decênio seguinte. E a natureza dessa queda é expressa na diminuição significativa da migração interestadual, que passou de 1,3% a.a., em 1970, para apenas 0,3% no período 1980/91 (Cunha, 1996). Tais dados refletem duas ocorrências: a diminuição da imigração rumo a São Paulo e,

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Para Martine (1994), as cidades de tamanho médio são aquelas que se encontram na faixa de 100 a 500 mil habitantes.

ainda, um expressivo êxodo de população que está emigrando para outras regiões do País.

Através de uma pesquisa que procurou diagnosticar as tendências migratórias no contexto regional paulista a partir de levantamento amostral, Baeninger (1996) expõe dados importantes sobre as características dos deslocamentos populacionais no Estado de São Paulo referentes à década de 80.

Dentre os resultados, evidenciou-se uma elevada participação de chefes de domicílio migrantes para o conjunto dos chamados Pequenos Municípios<sup>7</sup>. Do total de chefes migrantes, 28% estão nestas cidades, enquanto uma proporção menor (16,5%) localiza-se na RMSP. Os demais distribuem-se em outras regiões metropolitanas do Estado - Campinas e Santos - e em sedes regionais. O menor percentual apresentado por São Paulo pode estar explicitando uma diminuição do fluxo de imigrantes rumo a esta metrópole nos anos 80.

Algo que reforça esta hipótese é o fato de 80% dos chefes de domicílio estudados terem manifestado a preferência por cidades médias como local de residência devido a fatores como: melhor qualidade de vida expressa na facilidade de acesso a serviços urbanos e de saúde, oportunidades de emprego e maior possibilidade de obtenção da casa própria.

Na verdade, o patamar de urbanização alcançado pelas cidades do Interior paulista, principalmente a partir da década de 80, potencializou maior dinâmica econômico-regional a estes municípios que, além de reter sua população, vêm atraindo contingentes da metrópole, indicando um novo direcionamento aos fluxos migratórios. Os movimentos populacionais têm sido de curta distância com predomínio dos deslocamentos intra-estaduais e intra-regionais, os quais, segundo Baeninger (1996), parecem ter garantido, nesse decênio, a retenção de uma população que potencialmente migraria.

Características semelhantes foram encontradas na dinâmica migratória de Minas Gerais. Análises do Censo de 1991 revelaram uma inversão das tendências concentracionistas no Estado, mais particularmente no que se refere à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Para esclarecimentos sobre a metodologia da pesquisa e demais resultados, ver Relatório Final do Projeto Migrações, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: pesquisa regional por amostra domiciliar, NEPO-NESUR/UNICAMP, dezembro de 1995.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup>Foram denominados Pequenos Municípios aquelas localidades com menos de 20 mil habitantes. No conjunto dos municípios pesquisados, este grupo abrange 40 localidades.

De acordo com Matos (1994), Belo Horizonte chegou a incorporar 13,3% da população mineira em 1980, mas reduziu sua participação no total do Estado e, em 1991, detinha 12,8%. Seu peso na região metropolitana também declinou: de 68,2%, em 1980, para 58,8% em 1991. Ao lado destas alterações, verificou-se que os municípios do entorno da metrópole aumentaram sua participação populacional no Estado como um todo de 19,5% para 21,2%, no mesmo período.

O processo de desconcentração populacional na RMBH iniciou-se nos anos 70 com o redirecionamento dos fluxos imigratórios que tinham como destino Belo Horizonte. O desenvolvimento econômico e urbano de municípios próximos à metrópole veio acontecendo de forma rápida e intensa. No período 1980/91, estes municípios, em número de 12, mais que dobraram sua população, apresentando saldos positivos de migração líquida intrametropolitana, provenientes, em grande parte, de Belo Horizonte.

As evidências parecem, pois, confirmar a tendência à reversão da polarização demográfica. Enquanto aqueles municípios, situados na periferia metropolitana, exibiram as mais altas taxas de crescimento populacional na década de 80, a Capital, além de ter crescido a taxas modestas, chegou a apresentar perdas líquidas de população.

Em linhas gerais, a análise dos dados do Censo Demográfico de 1991 revelou que houve, nos anos 80, uma nítida redução da concentração em cidades grandes, especialmente na região Sudeste. Também o sentido dos fluxos migratórios se alterou com tendência a não mais predominar a migração rural-urbana e inter-regional, mas movimentos de curta distância e entre localidades urbanas.

De acordo com Martine (1994), de 1940 a 1970, observou-se um aumento contínuo e expressivo na participação das cidades de maior tamanho nas populações urbana e total. Na década de 70, houve uma quebra desta tendência e, na de 80, verificou-se uma inversão da mesma. Ocorreu, de fato, um arrefecimento no processo de urbanização e de concentração progressiva da população nas metrópoles.

A bem da verdade, estas mudanças vêm delinear um novo quadro demográfico no Brasil, quadro esse que constitui um fenômeno estrutural da maior relevância para a sociedade. Provavelmente, os estudos do Censo Demográfico de 2000 revelarão uma intensificação das transformações aqui discutidas, e o entendimento dos fatores que desencadearam e desencadeiam essas mudanças é tarefa imprescindível para a compreensão da nova dinâmica populacional.

<sup>\*</sup> Éster William Ferreira Professora do Departamento de Administração do Centro de Ensino Superior de Catalão

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, V. Migração na metrópole paulista: uma avaliação segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e a Pesquisa de Condições de Vida (PCV). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10; 1996, Caxambu. Anais... São Paulo: ABEP, 1996.v.2, p. 705-724.
- BAENINGER, R. Movimentos migratórios no contexto paulista: tendências na década de 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10; 1996, Caxambu. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1996.v.2, p. 675-704.
- BREMAEKER, F. E. J. Implicações dos movimentos migratórios nos municípios no período 1980-91. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8; 1992, Brasília. *Anais...* Rio de Janeiro: ABEP, 1992.v.3, p. 213-229.
- CUNHA, J. M. P. A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10; 1996, Caxambu. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1996.v.2, p. 789-811.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, 329).
- MATOS, R. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-core. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9; 1994, Caxambu. *Anais...* São Paulo: ABEP, 1994.v.1, p. 457-472.